

Boas notícias do Congresso

Ricardo A. Setti (*)



Uma discreta escapada do presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, para o eixo Rio-São Paulo, onde manteve uma série de contatos com dirigentes de redes de televisão, deixou claro que a Mesa está pulando fora da proposta de abiscoitar cinco minutos diários do horário nobre para noticiar, compulsoriamente, as atividades do Congresso Nacional.

A idéia, objeto de vários projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, fora encampada pelos próprios presidentes da Câmara e do Senado, que anunciaram suas intenções aos dirigentes das redes durante um jantar na residência oficial do deputado Paes de Andrade no Lago Sul, em Brasília, no começo de junho.

A Câmara recuar nesse assunto é uma boa notícia, e boas notícias, especialmente quando vindas dos políticos, devem ser aplaudidas. A proposta da qual o deputado Paes de Andrade está desistindo seria uma reedição do informativo oficial *Diário da Constituinte*, que durante mais de um ano ocupou o horário de 19h55 a 20h em redes nacionais de televisão. Muitos deputados gostaram de flertar com a idéia da celebridade instantânea prevista pelo falecido artista pop e multimídia Andy Warhol, e começou a tomar corpo o movimento em favor da transmissão de uma espécie de *mini-A Voz do Brasil* diária. Era como se fosse pouca a dose cavalari de programas oficiais que os brasileiros são forçados a suportar pelo rádio — *A Voz do Brasil* propriamente dita, que por sinal já tem meia hora dedicada a deputados e senadores, o *Projeto Minerva* e as incursões semanais do presidente José Sarney na *Conversa ao pé do rádio*, sem contar as arengas que volta e meia um ministro de Estado resolve dirigir à opinião pública em rede nacional de rádio e TV.

Só para refrescar a memória do leitor: a decisão das Mesas da Câmara e do Senado de partir para a encampação de cinco minutos no milionário horário nobre da televisão fora tomada no bojo do raciocínio absurdo de que o Congresso precisava desse espaço porque a imprensa vinha divulgando em demasia “noticiários negativos” sobre o Poder Legislativo. Esse, aliás, foi o motivo do jantar no Lago Sul, em que, além do presidente

do Senado, Nelson Carneiro, e outros membros das Mesas das duas Casas do Congresso, eram convidados os principais dirigentes das redes de televisão e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Ali, praticou-se de forma exemplar a história do bode no elevador. A cúpula do Congresso vinha anunciando, há dias, uma ambição bem maior: a intenção de ter sua própria emissora de televisão. No jantar, o comando do Legislativo retirou o bode: o Congresso, comunicou-se aos homens de rádio e TV, desistira de ter sua emissora. Em compensação, pretendia o programa de cinco minutos diários, para divulgar suas “notícias”.

Agora, segundo disse o deputado Paes de Andrade a seus interlocutores, ele ficou pessoalmente convencido da argumentação contrária à instituição do programa. O deputado mostrou-se satisfeito com a boa repercussão das medidas punitivas adotadas pela Câmara contra deputados gazeteiros, por exemplo. Nes-

“Não foi a imprensa a responsável pela invenção dos deputados pianistas, que votaram fraudulentamente em lugar de colegas ausentes, em 1987, ou pelo escândalo de utilização indevida de verbas do Instituto de Previdência dos Congressistas.”

se caso, não houve “noticiário negativo” — a imprensa deu destaque à cassação de dois desses deputados, e até enalteceu a medida. Ainda bem que é assim. Até então, a Câmara vinha atuando na linha de que, se há febre, o jeito é quebrar o termômetro, ignorando o fato de que o “noticiário”, na esmagadora maioria dos casos, limita-se a cobertura de atitudes, pronunciamentos, atos e omissões “negativos” praticados por seus integrantes.

Não custa lembrar que não foi a imprensa brasileira a responsável pela invenção dos deputados “pianistas”, que votaram fraudulentamente em lugar de colegas ausentes, em 1987, ou pelo escândalo de utilização indevida de verbas do Instituto de Previdência dos Congressistas, descoberto pelo jornalista Gilberto Eimstein, da *Folha de S. Paulo*. Também o *JORNAL DO BRASIL*, quando desencavou o embornal de nepotismo repleto de parentes de deputados e senadores encastelados em vistosos empregos

na Câmara e Senado, estava no reino do Carochinha.

Espera-se, agora, que o senador Nelson Carneiro esteja na mesma linha de Paes de Andrade para que o noticiário compulsório do Legislativo feito por jornalistas pagos pelos contribuintes seja apenas uma má idéia que ficou para trás. E, já que os dirigentes do Congresso estão sabendo recuar a tempo de uma proposta infeliz, vale a pena aproveitar o embalo para podar a insensatez que se prenuncia no horário gratuito de propaganda eleitoral pelo rádio e TV, absurdamente engordado com um aluvião de 11 candidaturas à Presidência rigorosamente fictícias registradas à última hora do prazo previsto na lei.

É preciso que o comando da Câmara e do Senado apóie iniciativas como a do deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), já endossada pelas lideranças do PMDB, que propõe reduzir o número de candidatos no horário gratuito fiscalizado pela Justiça Eleitoral. O critério sugerido pelo deputado — só aparece na televisão e só fala pelo rádio quem seja candidato de um partido com pelo menos um representante no Congresso — pode até não ser o melhor, mas talvez seja adequado para a emergência. Não é possível ter rede nacional gratuita para candidatos que nada, rigorosamente nada representam — um deles, de um certo Partido da Reedificação da Ordem Nacional, admite que só é candidato porque foi fácil, tão fácil que ele formou um “partido” numa ação entre amigos pelo telefone, sem sair de casa.

A aparente liberdade política denotada por essas 15 candidaturas de última hora esconde, na verdade, um escárnio às instituições, uma molecagem institucional. Cortada no nascedouro a palhaçada, o Congresso pode depois, com calma, aprovar uma legislação que impeça exageros desse tipo de um lado, sem por outro cercar a liberdade de criação e de acesso à opinião pública de novos movimentos políticos. O deputado Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência, fez nesse sentido uma interessante proposta: a de que só tenham acesso ao horário gratuito no rádio e na TV partidos que obedecem a determinados parâmetros de seriedade, estabelecidos em lei, e que podem basear-se em critérios objetivos como o número de filiados ou o grau de efetiva organização nacional. O fato de que, do PMDB a Lula, haja um movimento para evitar os abusos no horário gratuito é outra boa notícia do Congresso que merece registro.

(*) Editor regional do *JORNAL DO BRASIL* em São Paulo